

Índice

FP: deixar de ser “patinho feio” da educação	1
Formação profissional: reforma necessária	3

FP: deixar de ser “patinho feio” da educação

A Formação Profissional (FP) atrai cada vez mais estudantes e consolida-se como alternativa ao caminho universitário. No entanto, restam desafios por resolver quanto à inserção laboral dos seus formados.

Se se fizesse um inquérito aos pais com a pergunta: “Preferia que os seus filhos estudassem na universidade ou tivessem uma FP superior?”, é fácil especular que a grande maioria se inclinaria para a primeira opção. E, efetivamente, há razões para preferi-la.

Pelo contrário, se a pergunta fosse a especialistas em tendências laborais, a resposta seria, pelo menos, muito mais matizada. E a verdade é que, apesar de ainda ser costume considerar a FP como o “patinho feio” da educação, algo como um prémio de consolação para os alunos com menor capacidade, sucessivos relatórios no plano internacional concordam que o grande desafio a enfrentar pelos mercados nas próximas décadas será precisamente a falta de trabalhadores com um perfil técnico.

Concretamente, a Comissão Europeia [estima](#) que para se manterem competitivas, as economias do continente terão de adaptar-se ao paradigma “50-35-15”, em que metade dos postos de trabalho serão desempenhados por profissionais com formação intermédia, deixando os de formação superior e baixa para os 35 % e os 15 % restantes, respetivamente. Por exemplo, a Espanha ainda se encontra longe desta meta. Segundo dados de um [relatório](#) elaborado pelo IESE em 2018, somente 32 % das ofertas de emprego publicadas em 2016 exigiam que os candidatos contassem no mínimo com um título de FP,

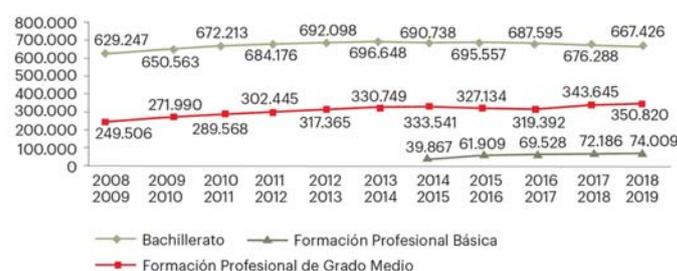
embora este número constituísse um aumento em relação a anos anteriores.

Um setor a crescer

Aqueles que parece terem deixado de acreditar na história do “patinho feio” são os próprios estudantes, pois a adesão à FP [tem vindo a crescer](#) durante os últimos dez anos, tanto no nível básico, como nos níveis médios e superiores, que aglutinam a maior parte dos alunos de ensino técnico (ver gráfico). É verdade que ainda se escolhem mais os estudos de tipo académico (em Espanha, o chamado Bachillerato ou pós-secundário e a universidade, respetivamente), mas o fosso reduziu-se consideravelmente.

Gráfico publicado em “Aceprensa”:

Alumnos matriculados en FP básica, Bachillerato y FP de grado medio



Fuente: Fundación Ramón Areces, Fundación Europea Sociedad y Educación, Indicadores comentados sobre el estado del sistema educativo español, 2019

Todavia, a ideia de que, em Espanha, faltam pessoas com formação de tipo técnico é apenas verdadeira em parte. Efetivamente, a percentagem de estudantes espanhóis que, ao terminarem o ensino secundário obrigatório, optam por fazer formação profissional de Grau Médio (GM), em vez do Bacharelato, é bastante mais baixa do que a média: um em cada três para quase um em cada dois na Europa. Contudo, quando se trata de decidir entre estudos superiores, ou seja, entre um curso universitário ou uma formação profissional de Grau Superior (GS), as coisas mudam: a percentagem dos que optam pela FP triplica a da Europa (36 % e 12 %, respetivamente). Assim, a percentagem dos adultos que, de algum modo, completaram um programa de perfil técnico em Espanha é similar à média europeia.

Não é “coisa de rapazes”

O relatório do IESE atrás mencionado mostra que, por ramos de estudos (“famílias profissionais”, segundo o nome técnico), os mais procurados globalmente são Administração e Gestão, Saúde, e Informática e Comunicações.

Quanto ao sexo dos estudantes, em todos os níveis há mais rapazes do que raparigas, mas enquanto a diferença se revela grande na FP básica (70-30), na média e na superior (que acumulam a grande maioria dos estudantes) é só de cinco pontos percentuais.

Desta forma, a FP não é “coisa de rapazes”, mas tão-pouco se trata de um modelo de integração, pois, como sucede nos estudos universitários ([“Aceprensa”, 13.2.2019](#)), a aparente paridade desaparece se se observar a adesão por ramos profissionais, sobretudo nalguns com maior volume de alunos. Os rapazes representam mais de 85 % nos ramos de Transporte e Manutenção de Veículos, Eletricidade e Eletrónica, Informática e Comunicações, ou Fabrico Mecânico. O oposto verifica-se nos Serviços Socioculturais e Comunitários, Imagem Pessoal, ou Têxtil, Confeções e Peles. Na Saúde e na Administração e Gestão, dois setores que têm sido muito procurados, as raparigas são também a maioria, embora o desequilíbrio não seja tão notório. Em geral, as raparigas conseguem melhores notas do que os seus companheiros, ainda que a diferença seja menor do que nos cursos do percurso mais académico.

A FP dual, uma modalidade que captou a atenção mediática e que consiste em combinar a formação na escola com o trabalho numa empresa, matricula apenas 2,5 % dos alunos. A percentagem é um pouco maior, embora nunca muito, no nível superior, em ramos como Administração e Gestão ou Transporte e Manutenção de Veículos, e em comunidades autónomas como Navarra, Catalunha ou Madrid. Todavia, a extensão desta modalidade ainda está longe da que tem na Áustria ou na Dinamarca, onde quase um em cada três estudantes de FP adotam a modalidade dual.

Inserção laboral

Num ensino tão orientado para o emprego como a FP, o grau de inserção laboral dos formados funciona como um termómetro bastante objetivo da eficácia destes estudos. Entre os dados apresentados pela OCDE (atualizados, mesmo que sem pormenores) e os dos relatórios espanhóis nos planos nacional ou regional (mais pormenorizados mas geralmente menos recentes), obtemos uma “fotografia” bastante precisa de como é o acesso dos formados no mercado de trabalho.

Quadro publicado em “Aceprensa”:

Tasa de desempleo
%, población 25-64 años, por nivel educativo alcanzado

	Secundaria inferior o menos	Secundaria superior		Educación superior	
		Bachillerato	FP grado medio	FP superior	Grado universitario
Austria	10,9	5,5	3,6	2,5	4,8
Dinamarca	6,3	5,8	2,9	4,4	3,7
España	20,5	13,9	13,6	10,4	8,5
Estados	6,6	4,6		2,7	2,4
Finlandia	12,2	7,6	7,0	4,8	4,1
Francia	14,3	7,8	8,4	5,0	5,2
Reino Unido	5,0	2,7	3,4	2,2	2,2
Media UE	11,7	7,0	6,1	3,9	4,4
Media OCDE	9,6	6,4	5,5	4,1	4,3

Fuente: OCDE

O melhor medidor é a taxa de desemprego, que refere a percentagem dos que não têm trabalho relativamente ao total da população ativa (isto é, descontando os que não o procuram, que, diga-se de passagem, em Espanha são menos numerosos, em média, do que no resto da Europa). Como acontece em geral, o desemprego diminui conforme aumenta o nível de estudos alcançado. No entanto, é verdade que a “proteção relativa” oferecida pelos títulos de GM e GS em relação ao do ensino secundário (ESO) é menor em Espanha do que na maioria dos países. Se se comparar com o grau universitário, constata-se que a pequena vantagem da FP superior na Europa se converte em desvantagem, ainda que igualmente pequena, em Espanha.

Em geral, pode-se dizer que há uma certa adequação entre o número de formados e a procura no mercado. Em 2015, quase uma em cada três ofertas de emprego em Espanha era dirigida explicitamente a formados na FP (12,7 % para os de nível médio e 20,1 % para os de nível superior), o que está de acordo com a percentagem de adultos em idade laboral cujos estudos mais avançados são de tipo técnico. Além disso, em geral, os ramos profissionais mais procurados coincidem com aqueles onde existem mais alunos (no caso de Saúde, havia em 2019, bastantes mais formados do que cargos a preencher).

Assim, com ressalva das exceções, não se pode dizer que haja em Espanha um problema de inadequação do mercado laboral à FP. O paradoxo é que, como salienta o relatório do IESE, para muitos postos de trabalho que poderiam ser desempenhados por trabalhadores com este perfil, as empresas estão a contratar pessoas com formação universitária, onde existe uma oferta excessiva. Daí o conhecido problema da “super capacitação” que afeta estas últimas.

Fosso salarial

Outro termómetro da eficácia da FP é o salário dos seus formados, em comparação com o auferido pelos que terminaram outro tipo de estudos. Tão-pouco este indicador apresenta um panorama especialmente positivo. É certo que, se se comparar com o salário dos que se ficam pelo ensino secundário obrigatório, a remuneração relativa situa-se aproximadamente nos níveis médios da Europa, mesmo ligeiramente acima: os de FP média ganham 18 % mais (15 % na Europa), e os de FP superior, 41 % mais (40 % na Europa).

Mas, se o termo de comparação forem os que terminaram o Bachillerato e não prosseguiram, o “prémio” em termos salariais é sensivelmente menos significativo para os de FP superior, e o “castigo”, mais avultado para os do nível médio. Por outro lado, como a “vantagem salarial” dos universitários em Espanha se situa acima da média europeia, o fosso dos que se formam na FP em relação a eles é mais profundo do que noutros países.

Tendo em conta todos estes dados, pode-se concluir, por um lado, que a FP em Espanha é um setor em crescimento, cada vez mais consolidado como uma alternativa ao caminho rumo à universidade e, por outro lado, mais de acordo com o futuro que se vaticina para o mercado; todavia, restam desafios a enfrentar, embora vários deles dependam mais do mundo laboral do que das próprias instituições educativas. Os especialistas concordam que da melhor coordenação destes dois âmbitos dependerá o sucesso da FP.

F. R.-B.

Formação profissional: reforma necessária

Como [vimos](#), a Formação Profissional (FP) em Espanha aumentou a sua atração para os estudantes e o mercado nos últimos anos. Contudo, para alcançar os objetivos definidos

pela Comissão Europeia e adaptar-se às necessidades laborais do futuro, ainda são precisas algumas reformas.

Dos múltiplos relatórios que abordaram este assunto nos últimos anos, são especialmente interessantes um [elaborado pelo IESE](#) no quadro da iniciativa “Descubre la FP” — um projeto conjunto da Fundación Atresmedia e da Fundación Mapfre —, e outro [publicado pela CEOE](#), a principal organização empresarial espanhola. Além de coincidirem substancialmente no diagnóstico, têm a virtude de apresentar propostas concretas, e de dirigi-las especificamente a algum dos agentes envolvidos: a Administração educativa, os próprios empresários ou os centros onde é dada a formação. O resultado é um “roteiro” claro que marca o caminho para a Formação Profissional das próximas décadas.

Atrair, flexibilizar e avaliar

A primeira tarefa que estes relatórios fixam à Administração é a de melhorar a atração da FP perante a opinião pública. Os autores consideram que, apesar do crescimento do número de alunos na última década (muito ligado, por outro lado, à saturação do mercado durante a crise económica), os estudos técnicos ainda têm uma imagem negativa no imaginário social. Mesmo quando não existem estes preconceitos, muitos estudantes simplesmente não têm acesso a informação suficiente, e como a opção do bachillerato parece mais “aberta”, ficam-se por ela.

As propostas do IESE e da CEOE à Administração são claras: além de aumentar as campanhas de *marketing* geral, é necessário fazer um acompanhamento mais pormenorizado da trajetória laboral dos formados na FP (o que contribuiria para dissipar os medos) e melhorar a função dos orientadores que trabalham nas escolas, de modo a chamarem a atenção dos alunos para o tema da profissão futura antes da escolha que farão de itinerário.

Outra série de reformas tem a ver com o desenho do currículo e com a flexibilidade para adaptá-lo. Por exemplo, tendo em conta os resultados de um inquérito a estudantes de FP, o relatório do IESE pede para se reduzir a parte mais técnica (sobretudo nos graus de nível médio) e aumentar o tempo dedicado à formação de competências transversais: trabalho em equipa, contacto com os clientes, gestão de uma empresa ou técnicas de empreendedorismo, entre outras. Haverá tempo para se especializar durante o nível superior ou no próprio posto de trabalho. Os empresários, que também foram inquiridos, concordam com este pedido.

Adaptar-se ao lugar

Por outro lado, é necessário adaptar a oferta educativa às necessidades locais. Para isso, seria útil dotar de maior autonomia os centros e envolver as empresas, tanto no desenho curricular, como na governança da Formação Profissional. Além disso, ter-se-ia de aumentar o “trânsito” do sistema: que um formado do nível médio possa completar uma especialização (equivalente ao mestrado dos universitários) frequentando alguns módulos, não todos, do grau superior correspondente; ou que cadeiras de graus superiores possam ser reconhecidas oficialmente por créditos universitários.

Outra forma de mobilidade que se deveria incentivar entre os alunos é a geográfica, de modo a simplificar a transferência tanto entre comunidades autónomas, como para outros países (já existe um “Erasmus para a FP”, mas ainda é pouco solicitado). Uma última proposta neste ponto é a de impulsionar a FP à distância, uma modalidade que atrai cada vez mais estudantes, e que, na opinião dos autores, ainda tem um grande potencial, especialmente para trabalhadores que queiram continuar a sua formação contínua ou “reciclar-se” para outro setor.

Por último, os dois relatórios — especialmente o da CEOE — pedem à Administração que os mecanismos de avaliação dos estudantes se centrem na aquisição de competências, de forma a serem verdadeiramente úteis aos empresários. O do IESE lança, adicionalmente, uma pergunta: fará sentido a promoção automática entre níveis de FP?

Professores preparados

Os relatórios também coincidem nas propostas de melhoria destinadas aos centros de FP. Por um lado, repete-se a reclamação de “fazer *marketing*”, só que agora a um nível mais local: as instituições educativas devem ser promovidas melhor nas escolas, por exemplo, organizando visitas às suas próprias instalações e a empresas próximas, ou oferecendo tutorias personalizadas a alunos que estejam a considerar a opção da FP.

Quanto à qualidade do ensino, os autores referem a necessidade de uma formação permanente dos professores, mais premente no setor da FP do que noutros estudos. Especificamente, conviria preparar bem os docentes que serão tutores dos estudantes nos estágios e, se as empresas aceitarem, igualmente os mentores externos que se encarregarão de acompanhá-los e avaliá-los. De qualquer forma, para melhorar

a transição da formação para o emprego, a relação entre os centros e as empresas do seu meio tem de ser fluida.

Por outro lado, dever-se-ia estudar a possibilidade de “juntar esforços” para criar centros integrados, que se dediquem unicamente à FP, onde se reuniria uma oferta de graus mais ampla e de todos os níveis. Além disso, nestas instituições seria possível abrir departamentos de investigação ou laboratórios de empreendedorismo, que enriqueçam o ensino.

Que as empresas se envolvam

Os dois relatórios coincidem em que as empresas têm de assumir maior protagonismo no processo formativo dos estudantes. Isto compete, como se disse antes, à Administração, mas os próprios empresários também podem e devem envolver-se mais. Por exemplo, reclamando aos centros que a avaliação dos alunos se centre mais em capacidades ou competências, do que em critérios puramente académicos. Em contrapartida, as empresas têm de se comprometer a que a formação no local de trabalho se adegue ao currículo estabelecido.

Seria ainda muito positivo que alguns empresários de prestígio pudessem dar aulas. Evidentemente, primeiro têm de estar dispostos (e preparados), mas talvez a Administração pudesse cooperar nisso, propiciando um tipo de relação contratual e/ou uma série de incentivos que ajudem a dar o salto para as aulas.

F. R.-B.